

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A. - ABGF**

EM 30 DE JUNHO DE 2016

Conteúdo

Balanço patrimonial.....	3
Demonstração dos resultados	4
Demonstração dos resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais.....	8
2 Resumo das principais práticas contábeis.....	9
2.1 Base de preparação	9
2.2 Moeda funcional e de apresentação	10
2.3 Caixa e equivalentes de caixa.....	10
2.4 Contas a receber de clientes.....	10
2.5 Imobilizado	10
2.6 Contas a pagar/Fornecedores.....	10
2.7 Provisões.....	10
2.8 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes.....	11
2.9 Apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.....	11
2.10 Reconhecimento de receita e despesa	11
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
4 Caixa e equivalentes de caixa	11
5 Contas a receber de clientes	12
6 Tributos a recuperar.....	12
7 Outros créditos.....	12
8 Investimento em Fundos	13
9 Imobilizado	14
10 Obrigações trabalhistas e sociais	15
11 Obrigações fiscais e tributárias.....	15
12 Patrimônio líquido.....	16
13 Receita operacional líquida.....	16
14 Custos do serviço prestado.....	18
15 Despesas administrativas por natureza	18
16 Despesas com pessoal por natureza.....	19
17 Despesas tributárias	20
18 Resultado financeiro	20
19 Eventos subsequentes.....	21

BA

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.183.824	28.010.759	Contas a pagar/fornecedores		611.322	620.834
Clientes	5	6.955.192	7.566.128	Obrigações trabalhistas e sociais	10	2.390.232	1.768.865
Tributos a recuperar	6	4.600.982	3.599.912	Obrigações fiscais e tributárias	11	329.564	548.354
Outros créditos	7	507.605	91.564				
Total do ativo circulante		60.247.603	39.268.363	Total do passivo circulante		3.331.118	2.938.053
Não circulante				Capital social	12(a)	2.071.606.292	50.000.000
Investimentos	8	2.064.437.040	-	Lucros/prejuízos acumulados	12(b)	50.790.999	(12.506.903)
Imobilizado	9	1.043.766	1.162.787	Total do patrimônio líquido		2.122.397.291	37.493.097
Total do ativo não circulante		2.065.480.806	1.162.787				
Total do ativo		2.125.728.409	40.431.150	Total do passivo e patrimônio líquido		2.125.728.409	40.431.150






 Vilma Pasini da Souza
 Gerente de Contabilidade
 CRC MG-056170/T-DF

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração dos resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 e
2º trimestre de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

		Período findo em		Trimestre findo em	
	Nota	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita operacional líquida	13	6.798.326	8.708.875	2.720.753	4.463.398
Custos dos serviços prestados	14	(8.036.492)	(6.997.785)	(4.088.516)	(3.549.389)
Lucro (prejuízo) bruto		(1.238.166)	1.711.090	(1.367.763)	914.009
Despesas operacionais		(3.710.916)	(8.487.105)	(1.873.762)	(3.988.290)
Despesas administrativas	15	(253.872)	(188.372)	(152.944)	(165.931)
Despesas com pessoal	16	(3.153.454)	(8.052.834)	(1.569.200)	(3.642.852)
Despesas tributárias	17	(303.590)	(245.899)	(151.618)	(179.507)
Outras Receitas e Despesas		65.630.484	-	64.091.299	(10.599)
Outras receitas (despesas) operacionais		598	-	598	(10.599)
Resultado de equivalência	8	65.629.886	-	64.090.701	-
Lucro antes do resultado financeiro		60.681.402	(6.776.015)	60.849.774	(3.084.880)
Despesas financeiras	18	(2.749)	(426)	(1.572)	(101)
Receitas financeiras	18	2.619.248	2.248.964	1.659.535	1.102.134
Resultado antes dos impostos e contribuições		63.297.901	(4.527.477)	62.507.737	(1.982.847)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Resultado líquido do período	12(b)	63.297.901	(4.527.477)	62.507.737	(1.982.847)
Quantidade de ações ordinárias		50.000	50.000	50.000	50.000
Lucro (prejuízo) líquido por ação / ação diluída		1.266,0	(90,5)	1.250,2	(39,7)

Vilma Pasini de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC MG-056170/T-DF

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho
(Valores expressos em reais)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Lucro /(Prejuízo) do semestre (Nota 12(b))	63.297.901	(4.527.477)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>63.297.901</u>	<u>(4.527.477)</u>


Vilma Pasini de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC MG-056170/T-DF







As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em reais)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31/12/2014				
Prejuízo do período	50.000.000	-	(5.990.464) (4.675.680)	44.009.536 (4.675.680)
Saldos em 30/06/2015				
Prejuízo do semestre	50.000.000	-	(10.666.144) (1.840.758)	39.333.856 (1.840.758)
Saldos em 31/12/2015				
Lucro do semestre (Nota 12(b))	50.000.000	-	(12.506.903) 63.297.901	37.493.097 63.297.901
Capitalização (Nota 12(a))	2.021.606.292			2.021.606.292
Saldos em 30/06/2016	2.071.606.292	-	50.790.999	2.122.397.291

(Assinatura)

(Assinatura)

(Assinatura)

Vilma Pastini de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC MG-056170/T-DF

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho (Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) do semestre	11(b)	63.297.901	(4.527.477)
Ajustes para conciliar o resultado e as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Resultado da equivalência patrimonial	8	(65.629.886)	-
Depreciação/amortização	9	123.516	75.642
Variações nos ativos			
Redução (aumento) de clientes		610.936	(4.139.183)
Aumento de impostos a recuperar		(1.001.070)	(856.012)
Aumento de outros créditos		(416.041)	(449.467)
Variações nos passivos			
Aumento (redução) de fornecedores/contas a pagar		(9.512)	338.508
Aumento de obrigações trabalhistas e sociais		621.367	709.093
Aumento (redução) de obrigações tributárias		(218.790)	110.121
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		(2.621.579)	(8.738.775)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(4.494)	(362.702)
Valor recebido pelas cotas FGP	8	22.799.138	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos		22.794.644	(362.702)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		20.173.065	(9.101.477)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		28.010.759	41.835.746
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		48.183.824	32.734.269
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		20.173.065	(9.101.477)


Vilma Pastori de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC MG-056170/T-DF

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

1 Informações gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF ou Companhia) é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. A ABGF é constituída sob a forma de sociedade anônima e iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A Companhia tem sede e foro em Brasília (DF) e uma Unidade no Rio de Janeiro (RJ), criada para realizar a execução técnica dos serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) desde que assumiu referido serviço em 01 de julho de 2014. A Companhia está autorizada a atuar em todo o território nacional.

A ABGF tem por objeto a administração de fundos garantidores e outros fundos de interesse da União; a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; e, ainda, a prestação de garantias às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico ou social.

Por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2014, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu autorização à ABGF para o início de suas operações de emissão direta de garantia, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012.

Entretanto, até esta data não teve início a emissão direta de garantias pela ABGF. Por meio do Ofício nº 0293/2014/SUSEP-GABIN, de 04 de junho de 2014, a SUSEP definiu que a Empresa deverá encaminhar exclusivamente as informações relativas aos dados cadastrais, do quadro I do Formulário de Informações Periódicas (FIP). Outras informações somente serão encaminhadas quando iniciarem as operações de garantia direta.

A ABGF, no cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União, conforme estabelecido nos incisos II e III do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, além de atuar na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito de natureza comercial e/ou política e extraordinária, em operações de crédito à exportação.

Em 10 de março de 2016, foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária a capitalização da ABGF em R\$ 21.607.878 com recursos provenientes das cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) de propriedade da União. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi subscrito o aumento de capital da ABGF mediante transferência, pela União, de suas cotas de participação nos fundos diluídos, no montante de R\$ 1.999.998.414, sendo: a) R\$ 603.593.050 em cotas do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); b) R\$ 203.921.704 em cotas do Fundo de Garantia de Operações (FGO); e, c) R\$ 1.192.483.660 em cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab). Com as capitalizações ocorridas em 10 de março de 2016 e 28 de abril de 2016, o Capital da Companhia passou de R\$ 50.000.000 (quinhentos milhões de reais), em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.071.606.292 (dois bilhões, setenta e um milhões, seiscentos e seis mil, duzentos e noventa e dois reais) em 30 de junho de 2016. Os valores subscritos pela União para aumento de capital da ABGF em 10 de março de 2016 e 28 de abril de 2016 foram integralizados em 21 de março de 2016 e 29 de abril de 2016, respectivamente.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

A ABGF vem mantendo ações junto ao Governo Federal no sentido de capitalizar o FGIE para que ele inicie suas atividades de concessão de garantias, para tanto é necessária a convocação de Assembleia Extraordinária de Cotistas do Fundo para deliberação sobre a subscrição e integralização do capital do fundo pela ABGF. Espera-se que seja aprovada a capitalização na ordem de R\$ 500 milhões com recursos oriundos de resgate de cotas dos fundos garantidores FGP e FGHab.

A ABGF resgatou a totalidade dos recursos do FGP em 01 de abril de 2016, assumindo a partir dessa data as despesas que porventura ainda restarem ao FGP até sua completa liquidação, que ocorrerá após a elaboração do Balanço Patrimonial de encerramento e realização de auditoria independente. Os recursos resgatados do FGP estão, temporariamente, aplicados no fundo BB Extramercado FAE 2 FI, apartados de outros recursos da ABGF, para posterior capitalização no FGIE.

No mês de junho de 2016, a ABGF solicitou à Caixa Econômica Federal (CAIXA) que realizasse estudo atuarial para apuração da disponibilidade de recursos no FGHab sem comprometimento com garantias. A CAIXA informou que o FGHab apresentava disponibilidade de R\$ 500 milhões, possibilitando assim a solicitação de resgate desse valor, o qual foi efetivado no início de julho de 2016.

Objetivando conceder garantias às obras de grande vulto relacionadas com infraestrutura, inclusive relacionadas às Parcerias Público-Privadas, é necessária a capitalização do FGIE e os recursos resgatados pela ABGF serão utilizados para tal fim.

Além da administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), a ABGF presta serviços relacionados à concessão de seguro de crédito às exportações ao amparo do Fundo Garantidor de Exportação (FGE) e efetua a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras e contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras e contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 16 de agosto de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras e contábeis estão definidas a seguir. As políticas contábeis aplicadas foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado o contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o real (R\$).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil estimada.

2.6 Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, cujo valor é próximo a seu valor justo.

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Agência tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

2.8 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.9 Apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre base de cálculo tributável. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados mensalmente por estimativa levantando-se balancete de suspensão/redução dos tributos ou com base na receita bruta auferida mensalmente. Em 31 de dezembro é apurado o Lucro Real do Exercício a partir do balanço anual.

A Companhia não contabiliza imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal, em função do estágio atual de desenvolvimento de suas atividades, conforme descrito na Nota 1 - Informações Gerais.

2.10 Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos (i)	3.921	3.400
Aplicações Financeiras (ii)	48.179.903	28.007.359
	48.183.824	28.010.759

(i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Fundo Fixo), de acordo com norma interna ABGF - GEFIN/NOR/01/1/0 e legislação federal aplicável;

(ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimentos em Cotas (FIC) Exclusivo, administrado pelo Banco do Brasil, com compra de cotas do BB Paranoá - FIC FI CP e no BB Extramercado FAE 2 FI, utilizado em abril de 2016 para registro dos valores oriundos do FGP.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

5 Contas a receber de clientes

	30/06/2016	31/12/2015
SAIN/MF (i)	894.015	2.445.407
FGIE - Parte Relacionada (ii)	6.061.177	5.120.721
	6.955.192	7.566.128

- (i) Valor a receber da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE;
- (ii) Valor a receber do FGIE relativo à remuneração pela administração do Fundo de janeiro de 2015 a junho de 2016. Até essa data, a União integralizou R\$ 1 milhão relativo às cotas do FGIE subscritas em 28 de novembro de 2014. A ABGF está aguardando a realização de AGE de cotistas do Fundo para integralizar e subscrever cotas no Fundo, por essa razão estão pendentes os pagamentos pelo Fundo à ABGF.

6 Tributos a recuperar

	30/06/2016	31/12/2015
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras (i)	2.913.989	2.318.201
IRRF a recuperar (ii)	1.396.132	1.060.726
CSLL a recuperar (ii)	290.861	220.985
	4.600.982	3.599.912

- (i) O saldo da rubrica IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras registra as retenções efetuadas pelo Banco do Brasil sobre os rendimentos brutos auferidos pela ABGF na aplicação de suas disponibilidades financeiras no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo BB Paranoá e Fundo BB Extramercado FAE 2 FI, administrados pela Instituição. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo, a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF;
- (ii) Os valores das rubricas IRRF a recuperar e CSLL a recuperar referem-se a tributos retidos pela SAIN/MF em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1234, de 2012, pelos serviços prestados pela ABGF àquele órgão.

7 Outros créditos

	30/06/2016	31/12/2015
Adiantamento de 13º salário e férias (i)	442.837	76.724
Despesas pagas antecipadamente	41.024	14.840
Adiantamento para viagens	23.744	-
	507.605	91.564

- (i) O saldo de adiantamento de 13º salário refere-se à parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2016 e o adiantamento de férias são relativos às férias que se iniciarão nos primeiros dias do mês seguinte e que transitarão na próxima folha de pagamento. No fim do exercício, a parcela de adiantamento será compensada com o valor provisionado para pagamento do 13º salário.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

8 Investimento em Fundos

A Companhia é cotista do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, conforme estatutariamente exigido. O art. 4º do Estatuto do FGIE estabelece que a "Administradora deverá ter participação de, no mínimo, 0,01% (um centésimo por cento) no patrimônio do FGIE". A ABGF subscreveu 0,01% do total das cotas, no valor inicial de R\$ 5.000,00. Como o fundo está com passivo a descoberto, o saldo do investimento é zero.

A ABGF, em 10 de março de 2016, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi capitalizada com a transferência da totalidade das Cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, no montante de 8.428,64 cotas, totalizando R\$ 21.607.878. Em abril de 2016, as cotas do FGP foram resgatadas e o valor mantido no BB Extramercado FAE 2 FI. A ABGF está aguardando a realização de Assembleia Geral de Cotistas do FGIE, já solicitada, visando destinar esses recursos para a operacionalização do FGIE.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, rerratificada na Assembleia Geral de Rerratificação de 06 de maio de 2016, houve a transferência de Cotas dos Fundos Diluídos de propriedade da União para a ABGF, sendo transferidos:

- (a) FGI - R\$ 603.593.050, referente a 454.132.226 cotas ao valor unitário de 1,392911301;
- (b) FGO - R\$ 203.921.704, referente a 3.675.334 cotas ao valor unitário de 55,48385640; e,
- (c) FGHab - R\$ 1.192.483.660, referente a 325.835.258 cotas ao valor unitário de 3,65977478.

As cotas acima foram subscritas em 28 de abril de 2016 e integralizadas no dia 29 de abril de 2016, com impacto no aumento dos investimentos em fundos da ABGF em R\$ 1.999.998.414. As cotas são avaliadas por equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

Investimento	Informações das investidas		Nossa participação no capital social	Equivalência	Saldo de investimento em 30/06/2016
	Patrimônio líquido	Resultado do período			
FGIE	(6.049.793)	(944.498)	100%	-	-
FGI	778.195.414	30.099.638	80,68%	24.285.570	627.878.620
FGHab	2.054.820.109	100.469.905	61,02%	61.303.609	1.253.787.269
FGO	851.883.359	(98.581.224)	21,45%	(21.150.553)	182.771.151
				65.629.886	2.064.437.040

(b) Movimentações dos investimentos

Investimento	31/12/2015	Aporte em 2016	Equivalência patrimonial	Recebimento das cotas	30/06/2016
FGIE	-	-	-	-	-
FGP	-	21.607.878	1.191.260	(22.799.138)	-
FGI	-	603.593.050	24.285.570	-	627.878.620
FGHab	-	1.192.483.660	61.303.609	-	1.253.787.269
FGO	-	203.921.704	(21.150.553)	-	182.771.151
	-	2.021.606.292	65.629.886		2.064.437.040

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016
(Valores expressos em reais)

(c) Equivalência Patrimonial

Considerando que a ABGF não recebeu os balancetes mensais dos Fundos FGO, FGI e FGHab, administrados, respectivamente, por Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal, a equivalência patrimonial foi efetuada tomando-se por base o valor da cota mais recente disponível, ou seja, os valores estão ajustados com base no valor da cota do dia 31 de maio de 2016.

A Administração da ABGF está em negociação com os administradores dos fundos para buscar o repasse oportuno dos balancetes mensais assinados pelos representantes legais.

	Período findo em 30/06/2016	Trimestre findo em 30/06/2016
FGP	1.191.260	(347.925)
FGI	24.285.570	24.285.570
FGHab	61.303.609	61.303.609
FGO	(21.150.553)	(21.150.553)
Total	65.629.886	64.090.701

9 Imobilizado

(a) Composição

	Taxa de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação o acumulada	Valor líquido 30/06/2016	Valor líquido 31/12/2015
Mobiliário em geral	10% a 20%	210.911	(58.422)	152.489	167.526
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	10% a 20%	221.075	(25.116)	195.959	209.801
Equipamentos de informática e software	20% a 40%	891.050	(222.926)	668.124	755.853
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos	10% a 20%	34.476	(7.282)	27.194	29.607
		1.357.512	(313.746)	1.043.766	1.162.787

(b) Movimentação do custo

	31/12/2015	Adições	30/06/2016
Mobiliário em geral (i)	210.911		210.911
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	221.075		221.075
Equipamentos de informática e software	886.555	4.495	891.050
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos	34.476		34.476
	1.353.017	4.495	1.357.512

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016
(Valores expressos em reais)

(c) Movimentação da depreciação

	31/12/2015	Adições	30/06/2016
Mobiliário em geral	(43.385)	(15.038)	(58.422)
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	(11.274)	(13.842)	(25.116)
Equipamentos de informática e software	(130.701)	(92.224)	(222.924)
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos	(4.871)	(2.412)	(7.283)
	(190.230)	(123.516)	(313.746)

10 Obrigações trabalhistas e sociais

	30/06/2016	31/12/2015
Provisão para férias e encargos (Empregados e Diretores)	1.459.702	1.335.372
Provisão para 13º salário e encargos (Empregados e Diretores) (i)	528.341	-
INSS a recolher	286.166	264.134
FGTS a recolher	73.333	101.055
Ressarcimento de salários cedidos	42.690	68.304
	2.390.232	1.768.865

(i) O saldo de provisão para 13º salário refere-se às obrigações provisionadas para pagamento do 13º salário. No fim do exercício, a parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2016 será compensada com o valor provisionado.

11 Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia, relativos à prestação de serviços, e retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e as contratações realizadas pela ABGF, em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, o Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508, de 29 de janeiro de 2005), a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2013 e legislação tributária vigente.

	30/06/2016	31/12/2015
COFINS sobre faturamentos a recolher	108.643	162.886
PIS sobre faturamento a recolher	22.376	34.627
IRRF sobre folha de pagamento a recolher	179.233	302.838
ISS a recolher	6.551	18.020
Tributos federais sobre notas fiscais a recolher	9.826	21.856
ISS retenções a recolher	592	731
INSS retido a recolher	2.343	3.619
Outros impostos e taxas a recolher	-	3.777
	329.564	548.354

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	30/06/2016	31/12/2015
Capital Subscrito	2.071.606.292	50.000.000
Lucros/(prejuízos acumulados)	50.790.999	(12.506.903)
Patrimônio Líquido	2.122.397.291	37.493.097

O Capital Social de R\$ 2.071.606.292 (dois bilhões, setenta e um milhões, seiscentos e seis mil, duzentos e noventa e dois reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 41.342,1258/por ação.

(b) Resultado do período

A ABGF apresentava, em dezembro de 2015, prejuízo acumulado de R\$ 12.506.903 (doze milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e três reais), decorrente, principalmente de a Companhia ter iniciado suas atividades operacionais somente em 1º de julho de 2014, com a assinatura do primeiro contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), para análise dos serviços de garantia do seguro de crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

No primeiro trimestre de 2016 houve receitas das operações, líquidas dos impostos, de R\$ 4.077.573 (quatro milhões, setenta e sete mil, quinhentos e setenta e três reais) e de R\$ 2.720.753 (dois milhões, setecentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e três reais) no segundo trimestre de 2016. As receitas financeiras, deduzidas das despesas financeiras, do primeiro trimestre alcançaram R\$ 958.536 (novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais) e R\$ 1.657.963 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais) no segundo trimestre. O acréscimo de 73,0% do resultado financeiro no 2º trimestre decorre, principalmente, da aplicação das cotas do FGP resgatadas em 01/04/2016 e aplicadas no Fundo BB Extramercado FAE 2 FI.

Os investimentos nos fundos garantidores, conforme Nota 8, são avaliadas por equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial nos investimentos em fundos garantidores acumulou R\$ 65.629.886 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais) no primeiro semestre de 2016. Como resultado, o 1º semestre de 2016 encerrou com lucro, antes dos impostos e contribuições, de R\$ 63.297.901 (sessenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil, novecentos e um reais), em consequência, o prejuízo acumulado de R\$ 12.506.903 (doze milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e três reais), existente em 31 de dezembro de 2015, foi revertido e apurado um lucro de R\$ 50.790.999 (cinquenta milhões, setecentos e noventa mil, novecentos e noventa e nove reais) ao final de junho de 2016.

13 Receita operacional líquida

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

Em 1º de julho de 2014, a Agência celebrou contrato com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda - SAIN/MF para execução dos serviços relacionados à análise, concessão e acompanhamento do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE e a partir de 28 de novembro de 2014 iniciou a administração do FGIE.

A remuneração da ABGF referente à prestação de serviços para a SAIN/MF, para análise das operações garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do FGE tem como base de cálculo a entrada de novas operações garantidas pelo FGE assim como um percentual sobre a exposição total. As restrições orçamentárias para política de apoio assim como a conjuntura atual têm afetado o desempenho das exportações, causando uma estagnação no número de operações garantidas pelo FGE.

A redução de cerca de 80% nas receitas do FGIE, se comparada com o mesmo período do ano anterior, foi causada pela redução na equipe que estava negociando e desenvolvendo as diretrizes e normativos para as garantias a serem prestadas pelo FGIE, tendo em vista a indefinição na capitalização e operacionalização do FGIE, cabendo registro que as receitas decorrem das despesas incorridas pela ABGF na gestão do Fundo, apuradas de acordo com metodologia de distribuição de custos ABC.

As deduções correspondem a tributos federais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços, quando houver.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita operacional bruta	7.928.077	10.156.122	3.172.890	5.205.129
FGE	6.987.621	5.806.261	2.867.071	3.051.942
FGIE - Parte Relacionada	940.456	4.349.861	305.819	2.153.187
(-) Deduções da Receita	(1.129.751)	(1.447.247)	(452.137)	(741.731)
COFINS	(602.534)	(771.865)	(241.140)	(395.590)
PIS/Pasep	(130.813)	(167.576)	(52.353)	(85.885)
ISS	(396.404)	(507.806)	(158.644)	(260.256)
	6.798.326	8.708.875	2.720.753	4.463.398

Em 13 de julho de 2015, a Companhia iniciou a prestação de serviços de gestão administrativa e operacional do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR. O § 6º do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, incluído pela Lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015, estabelece que ato do Poder Executivo disporá sobre a remuneração da Companhia para realizar a gestão do FESR.

A ABGF está em negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, objetivando definir parâmetros para o cálculo da remuneração, incluindo percentual e data de início da remuneração.

Por essa razão, a receita referente à gestão do FESR não pôde ainda ser registrada, por não termos a certeza quanto aos parâmetros de remuneração que serão estabelecidos, dado que o ato do poder executivo mencionado na Lei nº 13.195/2015 ainda não foi editado.

De acordo com o item 28 do Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as receitas somente poderão ser registradas quando o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade e quando for provável que os custos incorridos serão recuperados. A confiabilidade necessária para registrar a receita será adquirida com a definição pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional dos parâmetros de remuneração e formalização.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

14 Custos do serviço prestado

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a SAIN/MF e para o FGIE.

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	6.677.815	5.367.327	3.369.923	2.723.805
Despesas administrativas	1.358.677	1.630.458	718.593	825.584
	8.036.492	6.997.785	4.088.516	3.549.389

15 Despesas administrativas por natureza

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Viagens e Representações (i)	223.493	330.973	95.443	181.283
Serviços de Terceiros (ii)	219.841	154.789	129.477	67.454
Ocupação (iii)	622.216	771.162	327.322	404.071
Despesas Gerais (iv)	479.505	549.338	283.609	318.698
Créditos tributários (v)	(56.022)	(63.074)	(28.053)	(31.904)
Depreciação	123.516	75.642	63.739	51.913
	1.612.552	1.818.830	871.537	991.515
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (Nota 14)	1.358.677	1.630.458	718.593	825.584
Despesas administrativas	253.872	188.372	152.944	165.931

(i) A rubrica "Viagens e Representações" registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados a viagens a serviço de interesse da Companhia;

(ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, contabilidade, treinamento e capacitação, avaliações, licença de uso de softwares, assinatura de periódicos, eventos e prestação de serviços com utilização de materiais;

(iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel da filial da ABGF no Rio de Janeiro, despesas com condomínios (matriz e filial) e serviços terceirizados de limpeza e conservação;

(iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos de telefonia, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras;

(v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do PIS/Pasep e Cofins. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (Cofins) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas constantes na forma das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016
(Valores expressos em reais)

16 Despesas com pessoal por natureza

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Empregados:				
Salários, Encargos e Benefícios	8.409.576	12.097.805	4.168.423	5.925.867
Salários e Ordenados	4.728.246	6.026.300	2.405.327	2.856.289
Encargos Sociais	1.619.306	2.121.721	833.705	972.413
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.407.981	1.471.483	646.037	701.629
Benefícios a Empregados	526.878	1.041.869	264.610	390.698
Ressarcimento de Cedidos	121.415	1.431.086	15.869	1.002.165
Saúde e Segurança do Trabalho	5.750	5.346	2.875	2.673
Diretoria e Conselhos:				
Honorários, Encargos e Benefícios	1.421.693	1.322.357	770.700	440.790
Honorários do Conselho de Administração	133.826	132.416	66.913	76.388
Honorários do Conselho Fiscal	75.277	76.303	37.639	40.285
Honorários da Diretoria Executiva	636.737	355.448	352.048	190.391
Encargos Sociais Sobre Honorários	230.579	159.602	122.494	89.826
Provisão Trabalhista e Previdenciária	99.520	53.624	63.040	29.468
Benefícios a Diretores	77.563	45.782	38.667	23.233
Ressarcimento a Diretores	168.191	499.182	89.899	(8.801)
Total	9.831.269	13.420.162	4.939.123	6.366.657
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (nota 14)	6.677.815	5.367.327	3.369.923	2.723.805
Despesas com pessoal	3.153.454	8.052.835	1.569.200	3.642.852

- (i) As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST;
- (ii) A ABGF ressarcie às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos;
- (iii) Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea "e":

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 31,0 mil e R\$ 8,3 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 41,7 mil e R\$ 39,8 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 14,6 mil e R\$ 35,9 mil, respectivamente.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

17 Despesas tributárias

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
IPTU (i)	21.318	19.097	10.659	9.601
Impostos e taxas diversas (v)	136.989	8.078	92.151	118.671
Taxa de fiscalização SUSEP (ii)	90.022	162.425	45.011	45.011
Contribuição Sindical (iii)	47.439	47.439	-	-
CIDE (iv)	7.822	8.860	3.797	6.224
	303.590	245.899	151.618	179.507

- (i) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel alugado no Rio de Janeiro, onde funciona a Unidade da ABGF. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (ii) Apropriação da taxa de fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do 1º mês do trimestre. Taxa paga no início do trimestre e apropriada mensalmente por competência;
- (iii) O saldo registrado nesta rubrica corresponde à Contribuição Sindical Patronal do exercício, recolhida junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, na Conta Especial Emprego e Salário, CNPJ 37.115.367/0035-00, conforme inciso III, artigo 580 e § 3º do artigo 590 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;
- (iv) Refere-se a pagamento de Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessa ao exterior para pagamento da Bloomberg L.P., conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (v) Refere-se a PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015, e a tributos incidentes operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas.

18 Resultado financeiro

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	2.478.021	2.173.660	1.584.874	1.060.508
Juros ativos (ii)	141.227	75.304	74.661	41.626
	2.619.248	2.248.964	1.659.535	1.102.134
Despesas financeiras (iii)	(2.749)	(426)	(1.572)	(101)
Resultado financeiro	2.616.499	2.248.538	1.657.963	1.102.033

- (i) Os rendimentos de aplicações financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4;

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 (Valores expressos em reais)

(ii) O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar referenciados na Nota 6 (i);

(iii) As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

19 Eventos subsequentes

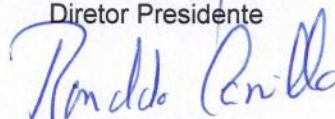
Em 10 de março de 2016 houve a capitalização da ABGF com recursos oriundos do FGP, os quais foram posteriormente resgatados pela ABGF. Há expectativa de se converter o valor resgatado do FGP em cotas do FGIE. Caso se concretize o negócio, poderá haver o recebimento, pela ABGF, de R\$ 6.061.177 (seis milhões, sessenta e um mil, cento e setenta e sete reais) dos custos associados ao FGIE, referente ao período de janeiro de 2015 a junho de 2016, que não vinham sendo cobrados do Fundo, em função das condições financeiras do FGIE.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016 e na Assembleia Geral de Rerratificação de 06 de maio de 2016, com data de 28 de abril de 2016 houve a transferência das Cotas de Fundos Diluídos de propriedade da União para a ABGF, sendo que R\$ 1.192.483.660 (um bilhão, cento e noventa e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e sessenta reais), referente à 325.835.258 cotas ao valor unitário de 3,65977478 do Fundo Garantidor da Habitação Popular.

Considerando o superávit técnico existente no Fundo, em 04 de julho de 2016, houve resgate de R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais), com expectativa de se converter esse valor em cotas do FGIE.



Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente



Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro



Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF



Fernando Vitor dos Santos Sawczuk
Diretor de Operações